

UM CRIME

A CABA de dar-se um caso gravíssimo; um desses crimes demonstrativos do bruto estado de banditismo, de selvajaria, de violência bárbara, em que se encontra ainda hoje a sociedade portuguesa, graças à falta de reacção moral por parte do público que a êles assiste; um atentado que veio lesar os mais altos interesses da comunidade; um golpe despótico e audacioso contra a liberdade de trabalho de um grande artista português, que só reverte em favor de regentes estrangeiros; emfim, uma prepotência que nos defrauda de preciosos bens espirituais: e nós, ante um crime que está previsto pelos códigos do país, não apelamos para os magistrados mas para o senso moral de todo o público — para lhe pedirmos, em nome do Espírito, a sua enérgica intervenção.

Uma empresa teatral, abusando da dependência ou da cubiça de vários músicos, peitando uns e sugestionando outros, levou êsses músicos a desertar da orquestra *Filarmonia*, do maestro Francisco de Lacerda, conde-

nando êste a interromper a sua actividade profissional. Ou a bolsa ou a vida; ou antes: a bolsa e a vida. Eis o facto, em tôda a gélida brutalidade dos seus termos comerciais, em tôda a bárbara violência da sua audaciosa pirataria.

Cremos escusado dizer aqui quem é o homem que se vitimou. Conhecem-se, supomos nós, as linhas gerais da biografia dêste grande artista português que tanto nos honrou no estrangeiro, e de quem disse um dia Vincent d'Indy que é «chefe de orquestra nato». Professor da *Schola Cantorum* e da Escola de Altos Estudos Sociais de Paris, vence em 1908 o concurso para director artístico dos concertos de Montreux, passando desde então a ser considerado, não já só por alguns mestres, mas pelo público, como um dos regentes de orquestra de maior valor do nosso tempo. Pouco depois, apesar do estrito nacionalismo dos meios artísticos franceses, é nomeado, mediante concurso, 1.º regente dos Grandes Concêrtos Clássicos de Marselha.

E assim, consagrado no estrangeiro pelas

entidades mais competentes, aparece Francisco de Lacerda a trabalhar pelo seu país. Colabora em S. Carlos na constituição e levantamento da sua orquestra; é um dos principais fundadores da encantadora instituição que se chama *Uma Hora de Arte*, destinada, como se sabe, a elevar a educação mental do operariado lisbonense; concebe, enfim, a *Pro Arte*, associação de artistas portugueses de música, letras, artes plásticas e teatro, de cuja parte musical era base a *Filarmonia*.

Que era a *Pro Arte*? Que era a *Filarmonia*?

O pensamento que as presidía era decerto o mais elevado que nos é possível conceber, assim cultural como socialmente.

A *Pro Arte* encarnava o princípio da unidade fundamental de tôdas as artes, da fraterna cooperação de todos os artistas. Propunha-se, segundo as palavras do maestro Lacerda, «fazer arte e educar, organizar e dar assistência moral e material à classe dos músicos portugueses, reunir tôdas as Artes numa necessária colaboração, e, como conclusão natural, fundar e instalar entre nós a Casa dos Artistas».

A orquestra *Filarmonia* inspirava-se nos mesmos princípios culturais e sociais. Não era uma empresa exploradora da indústria de fazer música: era uma fraterna corporação de artistas. Associativo o seu carácter, e não capitalístico, dava aos executantes condições superiores às que jamais tiveram em Portugal, com repartição dos lucros equitativa, e administração da sociedade pelos delegados da própria orquestra. Era de supor que em músicos, em artistas, houvesse capacidade

mental para compreenderem esta idea, e para lhe dar realização.

É óbvio que um homem assim, animado de tal espirito, não intentava de maneira alguma «fazer concorrência» às demais orquestras; não era essa a atmosfera mental em que o seu cérebro se movia; não era êsse o regime de ideas em que se inspiravam os seus actos.

Mas os indivíduos habituados ao regime da concorrência não percebem o da cooperação; ou, quando o percebem, só pensam em o aniquilar.

Fixou o Maestro os seus concêrtos, pois, para épocas, dias e horas diferentes das das outras orquestras da cidade; e era sua ambição que desta alta, espiritual e humaníssima attitude resultasse a coordenação artística das tres orquestras de Lisboa, e que os seus programas se completassem, para mais sistemática educação do nosso público das audições.

Isto, que seria a causa do seu triunfo se houvesse alma em Portugal, foi a origem do seu desbarato.

A certa altura, por parte de uma empresa teatral de Lisboa definiu-se o propósito de destruir a *Filarmonia* e as idéas que a inspiravam, para defender por todos os meios a tradicional organização das empresas estabelecidas, absorvendo e desvirtuando em favor dos seus interêsses a actividade de Francisco de Lacerda.

Como êste se não prestasse a tais manobras, fiel ao ideal que se propusera, e grato ao público que o apoiara, à Sociedade de S. Carlos, ao Estado e ao Município, — a dita empresa, por processos variadíssimos (entre os quais emissários pagos) fez fugir da *Filar-*

monia alguns elementos fundamentais, recompensando-os pela deserção, ao passo que exercia sugestões sobre todos os executantes, aliciando-os com promessas nem sempre possíveis de realizar. Houve entre a classe reuniões secretas, donde saiu, enfim, uma espécie de *ultimatum* a Francisco de Lacerda, com condições inaceitáveis. Respondeu êste à representação de maneira conciliatória, mas digna e justa. Depois, moveram-se influências para desferir um segundo golpe: fazer assinar um pacto secreto pelos músicos dissidentes, obrigando-se a não tocarem sob a direcção de Francisco de Lacerda, se acaso êste se não submetesse àquelas condições que lhe haviam imposto, e que eram, como dissemos, absolutamente inaceitáveis.

E assim um grupo desorientado de músicos suggestionáveis, não compreendendo que era manejado por inimigos dos seus interesses, prestou-se a destruir a *Filarmonia*.

Não comentemos êste caso, que não necessita de comentários. Enumeremos os resultados:

1.º Não se podem realizar os concêrto de S. Carlos, aos quais o público acorrera com verdadeiro entusiasmo, estando tomados de assinatura mais de dois terços da lotação;

2.º Fica destruída uma obra de elevadíssima finalidade, de grande alcance educativo, de reforma espiritual e de cultura estética para todos;

3.º Perderam os músicos uma oportunidade de exercerem a profissão, e a possibilidade de organizarem a classe nos moldes mais belos do corporativismo;

4.º É defraudado o país de um grande valor

individual, pela possível expatriação do Maestro perseguido.

Eis a obra. É um ataque audaciosíssimo aos mais caros direitos de todos nós; é um crime. Consentiram-no heis?

Repetimos: o caso em si é muito grave, como dissemos a princípio; mas ainda o pior não está nele próprio: está no genérico significado de que se reveste no nosso país, como um exemplo, entre tantos, do assassinio moral de que são vítimas os homens de escol na nossa Pátria, às mãos dos corrilhos triunfantes dos gananciosos e dos mediocres. E porquê? Porque o absurdo indiferentismo das classes médias portuguesas perante os mais sérios dos seus interesses as leva a sofrer todos os abusos com a mais inconsciente das apatias, e a abandonar à sua sorte a aristocracia dos beneméritos — dos homens que, para seu próprio bem, deveriam defender com mais afincos; dos que nas sociedades civilizadas, onde a opinião pública não é um mito, são considerados intangíveis. O maior português do século XIX, Herculano, o solitário de Val de Lobos, ficou sendo o exacto símbolo do destino lúgubre dos melhores numa sociedade sem fibra moral, — de todos aqueles que se abismaram, esmagados, no isolamento ou no suicídio, desde Passos Manuel a Oliveira Martins, desde Antero a Soares dos Reis, desde Mousinho da Silveira ao caso recente de Basílio Teles. ¿Serão as pessoas a quem nos dirigimos como êsses apáticos de até agora, que indiferentes à nação a deixaram privar dos seus melhores homens? ¿Não veremos nos nossos dias acabar enfim essa sina trágica?

Continuará Portugal eternamente a deixar devorar os seus melhores filhos e a ser devorado pelos piores, como disse há pouco um escritor nosso? — Não o cremos; desejamos ter fé nos portugueses de hoje; não nos resignamos a acreditar na eternidade da nossa miséria: e apelamos porisso mesmo para todo o público desta cidade, numa angustiosa esperança de que não apelamos para um cadá-

ver; cremos que, inteirado como está agora dessa emboscada de que foi vítima, a não sancionará com o seu apoio, no momento em que o maestro Lacerda jaz ferido de morte no seu sonho de arte, — indo aplaudir os que o vitimaram; e que saberá descoroçar com a sua firme condenação, com a sua repulsa eficaz e íntegra, — a audácia dos prepotentes aliada ao charlatanismo.

Lisboa, 16 de Novembro de 1923.

Afonso Lopes Vieira

Agostinho de Campos

Alberto de Oliveira

Annibal de Bettencourt

António Arroyo

António Carneiro

António Corrêa de Oliveira

D. António de Lencastre

António Sergio

Aquilino Ribeiro

Augusto Gil

Bento Carqueja

Câmara Reys

Carlos Malheiro Dias

Carlos Selvagem

Celestino da Costa

Columbano B. Pinheiro

Eugénio de Castro

Gualdino Gomes

Jaime Cortesão

João de Barros

Joaquim Manso

Jorge Cid

José de Figueiredo

Lourenço Cayolla

Moreira de Sá

Oliveira Ramos

Pulido Valente

Queiroz Velloso

Raúl Brandão

Raúl Lino

Raúl Proença

Reynaldo dos Santos

Teixeira Lopes

Trindade Coelho

Xavier da Costa